

GILMAR FERREIRA MENDES

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Curso de Direito Constitucional

17ª Edição

2022

saraiva  jur

 idp INSTITUTO
BRASILEIRO
DE ENSINO,
DESENVOLVIMENTO
E PESQUISA



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CK, 3º andar
Bela Vista – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Fávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos	Fernando Penteado
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dailla Costa de Oliveira
Gerência editorial	Isabella Sánchez de Souza
Edição	Deborah Caetano de Freitas Viadana
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Cintia Aparecida dos Santos Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Clanel Chaves audirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto Klariene Andrielly Giraldi
Diagramação	Fabio Kato
Revisão	Juliana Bormio
Capa	Deborah Mattos
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
WAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9418

M538c Mendes, Gilmar Ferreira

Curso de Direito Constitucional / Gilmar Ferreira
Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco, - 17. ed. - São
Paulo : SaraivaJur, 2022. (Série IDP + União Doutrina)
1744p.

ISBN 978-65-5362-132-9 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Constitucional. Branco, Paulo
Gustavo Gonet. II. Título. III. Série.

CDD 342

2022-8

CDU 342

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Constitucional	342
2. Direito Constitucional	342

Data de fechamento da edição: 10-2-2022

Dúvidas? Acesse www.saraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL [607385] CAE [701557]

SUMÁRIO

<i>Nota dos Autores à 17ª edição</i>	35
<i>Nota dos Editores</i>	37
CAPÍTULO 1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	39
<i>Paulo Gustavo Gonet Branco</i>	
I O VALOR DA CONSTITUIÇÃO – PERSPECTIVA HISTÓRICA	41
1. Na Europa	42
1.1. Supremacia do Parlamento e controle de constitucionalidade.....	48
2. Nos Estados Unidos.....	50
3. Neoconstitucionalismo	55
II CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO	57
1. Constituição em sentido substancial (ou material)	57
2. Constituição em sentido formal	59
III FONTES DO DIREITO CONSTITUCIONAL	60
IV CLASSIFICAÇÕES	62
1. Normas materialmente constitucionais e normas formalmente constitucionais . . .	62
2. Constituições escritas e não escritas.....	63
3. Constituições rígidas e flexíveis	64
4. Constituição-garantia e Constituição programática	65
5. Constituição outorgada e Constituição promulgada	65
6. Constituição normativa, Constituição nominal e Constituição semântica	65
V AS NORMAS CONSTITUCIONAIS	67
1. Parte orgânica e parte dogmática da Constituição	67
2. Características das normas constitucionais	67
3. Densidade e aplicabilidade das normas constitucionais	70
4. A característica da sanção imperfeita	73
5. Modalidades de normas constitucionais – regras e princípios	73
6. Regras e princípios em Dworkin e em Alexy	75
7. Normas constitucionais classificadas segundo a sua função	77

VI	PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO E ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	78
1.	Há norma constitucional no Preâmbulo da Constituição?	78
2.	O ADCT	79
VII	INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO – NOÇÕES ELEMENTARES	82
1.	Levando em conta a estrutura das normas constitucionais	83
2.	Análise do programa normativo: inquietações técnicas para o intérprete	85
3.	Ambiguidades	86
4.	Incoerência normativa	88
5.	Lacunas	89
6.	Métodos de interpretação da Constituição	92
7.	Princípios da interpretação constitucional	94
VIII	CONSTITUIÇÕES NO BRASIL – DE 1824 A 1988	100
CAPÍTULO 2	PODER CONSTITUINTE	105
	<i>Paulo Gustavo Gonet Branco</i>	
I	PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO	105
1.	Momentos de expressão do poder constituinte originário	107
2.	Constituição de 1988: resultado de exercício do poder constituinte originário	108
3.	Formas de manifestação do poder constituinte originário	109
4.	Questões práticas relacionadas com o poder constituinte originário	110
4.1.	Supremacia da Constituição	110
4.2.	Recepção	110
4.3.	Revogação ou inconstitucionalidade superveniente?	112
4.4.	Normas da antiga Constituição compatíveis com a nova Constituição	113
4.5.	Normas anteriores à Constituição e modificação de competência	113
4.6.	Repristinção	114
4.7.	Possibilidade de se declarar inconstitucional norma anterior à Constituição, com ela materialmente compatível, editada com desobediência à Constituição então vigente	114
4.8.	Poder constituinte originário e direitos adquiridos	115
4.9.	Poder constituinte originário e controle de constitucionalidade dos seus atos	119
II	PODER CONSTITUINTE DE REFORMA	120
1.	Constituições rígidas e constituições flexíveis	120
2.	Denominações do poder de reforma	121
3.	Limites ao poder de reforma – espécies	121
4.	As limitações materiais – introdução	123
4.1.	Limites materiais – dificuldades teóricas para a sua aceitação	124
4.2.	Natureza da cláusula pétrea	125
4.3.	Finalidade da cláusula pétrea e o que ela veda	126

4.4. Alcance da proteção da cláusula pétrea	126
4.5. Controle de constitucionalidade de emendas em face de cláusula pétrea	128
4.6. As cláusulas pétreas em espécie	129
4.6.1. Forma federativa do Estado	129
4.6.2. A separação de Poderes	130
4.6.3. O voto direto, secreto, universal e periódico	131
4.6.4. Os direitos e garantias individuais	131
4.6.5. Direitos sociais e cláusula pétrea	132
4.6.6. Criação de novos direitos fundamentais	133
4.6.7. Direitos previstos em tratados sobre direitos humanos	133
4.6.8. A cláusula pétrea da garantia do direito adquirido	134
4.7. Cláusulas pétreas implícitas	136
III MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	137
CAPÍTULO 3 TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	139
I DIREITOS FUNDAMENTAIS – TÓPICOS DE TEORIA GERAL	139
<i>Paulo Gustavo Gonet Branco</i>	
1. Introdução	139
2. Histórico	139
2.1. Gerações de direitos fundamentais	141
3. Concepções filosóficas justificadoras dos direitos fundamentais	142
4. Noção material dos direitos fundamentais (fundamentalidade material)	143
5. Características dos direitos fundamentais	146
5.1. Direitos universais e absolutos	146
5.2. Historicidade	148
5.3. Inalienabilidade / indisponibilidade	149
5.4. Constitucionalização	151
5.5. Vinculação dos Poderes Públicos	152
5.5.1. Vinculação do Poder Legislativo	152
5.5.2. Vinculação do Poder Executivo	153
5.5.3. Vinculação do Poder Judiciário	156
5.6. Aplicabilidade imediata	157
6. Tendências na evolução dos direitos humanos	160
7. Funções dos direitos fundamentais	160
7.1. A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek	161
7.2. Direitos de defesa, a prestação e de participação	161
7.2.1. Direitos de defesa	161
7.2.2. Direitos a prestação	163
7.2.3. Direitos a prestação jurídica	164
7.2.4. Direitos a prestações materiais	165
7.2.5. Direitos fundamentais de participação	170

7.2.6. Índole ambivalente de vários direitos fundamentais	171
8. Dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	171
9. Direitos e garantias	173
10. Garantias institucionais	174
11. Outros direitos decorrentes do regime constitucional e de tratados	175
12. Titularidade dos direitos fundamentais	176
12.1. Direitos fundamentais e pessoa jurídica	176
12.2. Direitos fundamentais e estrangeiros	177
12.3. Capacidade de fato e capacidade de direito	178
12.4. Sujeitos passivos dos direitos fundamentais	180
13. Colisão de direitos fundamentais – breves considerações	187
14. Direitos fundamentais e relações especiais de sujeição	194
II LIMITAÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	196
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Considerações gerais	196
1.2. Âmbito de proteção: determinação	197
1.3. Conformação e restrição	198
1.3.1. Considerações preliminares	198
1.3.2. Âmbito de proteção estritamente normativo	199
2. Restrições a direitos fundamentais	201
2.1. Considerações preliminares	201
2.2. Tipos de restrições a direitos fundamentais	204
2.2.1. Reserva legal simples	208
2.2.2. Reserva legal qualificada	210
2.3. Direitos fundamentais sem expressa previsão de reserva legal	214
3. Os limites dos limites	217
3.1. Considerações preliminares	217
3.2. O princípio da proteção do núcleo essencial	217
3.2.1. Considerações preliminares	217
3.2.2. Diferentes posições dogmáticas sobre a proteção do núcleo essencial	219
3.2.3. Núcleo essencial na doutrina constitucional brasileira	221
3.3. O princípio da proporcionalidade	223
3.3.1. Considerações preliminares	223
3.3.2. Fundamentos do princípio da proporcionalidade	224
3.3.3. Elementos do princípio da proporcionalidade	231
3.3.4. Da proibição do excesso à proibição da proteção insuficiente (<i>Untermassverbot</i>)	233
3.3.5. A proporcionalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	234
3.3.6. Duplo controle de proporcionalidade e controle de proporcionalidade <i>in concreto</i>	237
3.4. Proibição de restrições casuísticas	240
3.5. A colisão de direitos fundamentais	242
3.5.1. Considerações preliminares	242

3.5.2. Tipos de colisão	243
3.5.3. Solução dos conflitos	244
3.5.3.1. Considerações preliminares	244
3.5.4. Colisão de direitos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ...	247
3.6. Concorrência de direitos fundamentais	259
CAPÍTULO 4 DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE	263
I DIREITO À VIDA	263
<i>Paulo Gustavo Gonet Branco</i>	
1. Titularidade do direito à vida	265
2. Direito à vida: direito de defesa e dever de proteção	267
II LIBERDADES	272
<i>Paulo Gustavo Gonet Branco</i>	
1. Liberdades de expressão	272
1.1. Conteúdo da liberdade de expressão	273
1.2. Sujeitos do direito à liberdade de expressão	274
1.2.1. A liberdade de expressão enseja a pretensão do indivíduo de ter acesso aos meios de comunicação?	276
1.3. Modos de expressão	278
1.4. Limitações ao direito de expressão	280
1.4.1. A verdade como limite à liberdade de expressão	285
1.4.2. Expressão, honra e sensibilidade	288
1.4.3. Liberdade de expressão, família e dignidade	289
1.5. Proibição das manifestações em casos concretos	290
2. Direito à intimidade e à vida privada	291
2.1. Em que consiste o direito à privacidade e à intimidade?	292
2.2. Limites ao direito à privacidade	295
2.2.1. Restrição à privacidade com o consentimento do indivíduo	295
2.3. Privacidade e sigilo bancário/fiscal	298
2.4. Privacidade e inviolabilidade do domicílio	301
2.4.1. Objeto da tutela da inviolabilidade do domicílio	301
2.4.2. Os sujeitos do direito	303
2.5. Privacidade e sigilo das comunicações	305
3. Liberdade de reunião e de associação	307
3.1. Direito de reunião	307
3.1.1. Elementos do direito de reunião	308
3.1.2. Limites do direito de reunião	310
3.1.3. Hipótese de concorrência de direitos	312
3.1.4. Direito de abstenção e direito a prestação	312
3.2. Liberdade de associação	313
3.2.1. Breve notícia de história	314

3.2.2. A liberdade de associação na Constituição Federal	315
3.2.3. Conteúdo da liberdade de associação	316
3.2.4. A base constitutiva da associação – pluralidade de pessoas e ato de vontade	316
3.2.5. A finalidade da associação	317
3.2.6. Dimensões subjetiva e objetiva do direito à livre associação – a liberdade de associação em face do Estado e em face dos particulares	318
3.2.7. Entidades associativas e representação de associados	323
4. Liberdade de consciência e de religião	324
4.1. Liberdade de consciência	324
4.1.1. Conteúdo da liberdade de consciência	325
4.2. Liberdade religiosa	328
III O DIREITO DE PROPRIEDADE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	334
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Considerações preliminares	334
2. Âmbito de proteção	336
2.1. Conceito de propriedade	336
2.2. Propriedade e patrimônio	338
2.3. Direito de propriedade e direitos subjetivos públicos de caráter patrimonial ..	339
2.4. Direito autoral e sua proteção	340
2.5. Propriedade de inventos, patentes e marcas	343
2.6. Propriedade pública	344
2.7. Direito de herança	346
2.8. Alteração de padrão monetário e a garantia da propriedade	347
2.8.1. Considerações preliminares	347
2.8.2. Significado da garantia constitucional da propriedade e alteração do padrão monetário	349
3. Titular do direito de propriedade	351
4. Limitação	353
4.1. Definição e limitação do conteúdo do direito de propriedade	353
4.2. Restrição ao direito de propriedade e o princípio da proporcionalidade	359
4.3. Desapropriação	361
4.3.1. Considerações gerais	361
4.3.2. Desapropriação indireta	364
4.3.3. Desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária	365
4.3.4. Desapropriação de imóvel urbano não edificado mediante pagamento em títulos públicos	366
4.3.5. Desapropriação judicial privada	367
4.4. Requisição	368
4.5. Impenhorabilidade dos bens de família e garantia do fidejussor	370
4.6. Impenhorabilidade da pequena propriedade rural	372
4.7. Usucapião de imóvel urbano	373

4.8. Regularização fundiária e os instrumentos da Lei n. 13.465/2017	373
4.9. Expropriação de imóveis urbanos e rurais onde localizadas cultura de plantas psicotrópicas e/ou exploração de trabalho escravo	376
4.10. Servidões administrativas	377
4.11. Ocupação temporária	378
4.12. Limitações administrativas	379
4.13. Tombamento	380
5. Propriedade e demarcação de terras indígenas	381
6. A garantia institucional do direito de propriedade como limite do limite (<i>Schranken-Schranke</i>)	385
IV DIREITO ADQUIRIDO, ATO JURÍDICO PERFEITO, COISA JULGADA E SEGURANÇA JURÍDICA	387
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Considerações preliminares	387
2. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada	390
3. Direito adquirido como garantia constitucional ou infraconstitucional?	391
4. Direito adquirido e instituto jurídico ou estatuto jurídico	394
5. Direito adquirido, direito de propriedade e outros direitos reais	401
6. Graus de retroatividade e sua repercussão sobre o estatuto contratual	402
6.1. Considerações gerais	402
6.2. Direito adquirido e leis monetárias	408
7. Direito adquirido e recurso judicial	410
8. A doutrina do direito adquirido na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	412
9. Insuficiência da doutrina do direito adquirido e o princípio da segurança jurídica	421
V DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CARÁTER JUDICIAL E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO	425
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Introdução	425
2. Proteção judicial efetiva	429
2.1. Considerações gerais	429
2.2. Âmbito de proteção	430
2.2.1. Duplo grau de jurisdição	430
2.2.2. Duração razoável do processo	433
2.2.3. Publicidade do processo	437
2.2.4. Questões políticas	441
2.2.5. Juízo arbitral	444
2.3. Titularidade	446
2.4. Conformação e limitação	447
2.4.1. Proibição de liminares e exigência de caução	450
2.4.2. Necessidade de motivação das decisões judiciais	453
2.4.3. Substituição processual	454
2.4.4. Fórmulas de preclusão e outras exigências formais	457
2.4.5. Justiça Desportiva	458

2.5.	<i>Habeas corpus</i>	458
2.5.1.	Considerações gerais	458
2.5.1.1.	O <i>habeas corpus</i> como formador de precedentes no STF: fixação de teses, modulação de efeitos e afetação ao Plenário	459
2.5.2.	Âmbito de proteção	462
2.5.2.1.	Considerações gerais	462
2.5.2.2.	Ilegalidade que não afeta direito de locomoção	467
2.5.2.3.	Punições disciplinares militares	469
2.5.2.4.	<i>Habeas corpus</i> contra decisão denegatória de liminar em <i>habeas corpus</i> e HC substitutivo de recurso ordinário	470
2.5.2.5.	A questão do empate no julgamento do <i>habeas corpus</i> e nas decisões colegiadas de natureza criminal	475
2.5.3.	Titularidade	478
2.5.3.1.	O caso do <i>habeas corpus</i> coletivo em favor das mulheres grávidas e mães presas	481
2.5.4.	Conformação e limitação	483
2.6.	Mandado de segurança	484
2.6.1.	Considerações gerais	484
2.6.2.	Âmbito de proteção	485
2.6.2.1.	Considerações preliminares	485
2.6.2.2.	Mandado de segurança coletivo	486
2.6.2.3.	Impetração por órgãos públicos	490
2.6.2.4.	Mandado de segurança contra tramitação de proposta de emenda constitucional ou projeto de lei	491
2.6.2.5.	Mandado de segurança contra lei em tese	492
2.6.3.	Titularidade	493
2.6.4.	Conformação e limitação	494
2.7.	Mandado de injunção	496
2.8.	<i>Habeas data</i>	496
2.8.1.	Considerações preliminares	496
2.8.2.	Âmbito de proteção	496
2.8.3.	Conformação e limitação	498
2.9.	Ação popular, ação civil pública, ADI, ADC, ADI por omissão e ADPF como instrumentos de proteção judicial	498
3.	Ampla defesa e contraditório	501
3.1.	Âmbito de proteção	502
3.1.1.	Processo penal	503
3.1.1.1.	Considerações preliminares	503
3.1.1.2.	Direito de defesa e investigação criminal	507
3.1.1.3.	Denúncia genérica	509
3.1.1.4.	<i>Emendatio libelli e mutatio libelli</i>	511
3.1.1.5.	Falta de apresentação de resposta à acusação e de razões finais pelo acusado	514

3.1.1.6.	Condenação com base exclusivamente em inquérito policial .	516
3.1.1.7.	Excesso de linguagem na pronúncia	517
3.1.1.8.	Leitura de peças em plenário	518
3.1.2.	Ampla defesa e contraditório nos processos administrativos em geral .	519
3.1.2.1.	Ampla defesa e contraditório nos procedimentos administrativos e questões de fato e de direito	522
3.1.2.2.	Ampla defesa e contraditório no exame de aposentadoria ou pensões pelo TCU	523
3.1.2.3.	Ampla defesa e contraditório nos processos de julgamento de contas dos Chefes do Poder Executivo	524
3.1.2.4.	Ampla defesa e contraditório no processo administrativo disciplinar	525
3.1.2.5.	Direito de defesa nos processos disciplinares contra parlamentares	525
3.1.2.6.	Direito de defesa e <i>impeachment</i>	526
3.2.	Conformação e limitação	526
4.	Direito de petição	527
4.1.	Considerações gerais	527
4.2.	Âmbito de proteção	527
4.2.1.	Conceito de petição	527
4.2.2.	Destinatários da petição	528
4.2.3.	Requisitos de admissibilidade	528
4.2.4.	Pretensão de ser informado	529
4.3.	Titularidade	530
4.4.	Conformação e limitação	530
5.	Direito ao juiz natural e proibição de tribunais de exceção	531
5.1.	Considerações gerais	531
5.1.1.	Imparcialidade e mecanismos de proteção	531
5.1.2.	O juízo de garantias no processo penal	533
5.2.	Âmbito de proteção	535
5.2.1.	Considerações preliminares	535
5.2.2.	Prerrogativa de foro e o princípio do juiz natural	536
5.2.3.	Crimes comuns conexos a crimes eleitorais e juiz natural	541
5.3.	Titularidade	542
5.4.	Conformação e limitação	543
5.5.	Instituição do Tribunal do Júri	543
5.5.1.	Considerações gerais	543
5.5.2.	Âmbito de proteção	544
5.5.3.	Conformação e limitação	546
6.	Garantias constitucionais quanto à definição do crime, à pena e sua execução	547
6.1.	Tipificação penal: parâmetros, limites e controle de constitucionalidade	548
6.2.	Considerações sobre os crimes de perigo abstrato	553
6.3.	Princípios da legalidade e da anterioridade penal	555

6.3.1.	Considerações gerais	555
6.3.2.	Âmbito de proteção	556
6.3.2.1.	Considerações preliminares	556
6.3.2.2.	Determinabilidade do tipo penal e proibição de analogia	557
6.3.2.3.	Proibição de retroatividade da lei penal	561
6.3.2.3.1	Acordo de não persecução penal, expansão da justiça criminal negociada e aplicação para processos em curso	569
6.3.2.3.2	Representação em estelionato, Lei Anticrime e aplicação para processos em curso	571
6.3.2.3.3	Progressão de regime em crimes hediondos e modificações da Lei Anticrime	572
6.3.2.4.	Conformação e limitação	573
6.4.	Princípio da responsabilidade pessoal e responsabilidade patrimonial do agente e dos sucessores	573
6.4.1.	Considerações gerais	573
6.4.2.	Âmbito de proteção	574
6.4.3.	Conformação e limitação	574
6.5.	Tipos de penas e proibição de penas cruéis ou da pena de morte	575
6.5.1.	Considerações gerais	575
6.5.2.	Âmbito de proteção	576
6.6.	Individualização da pena e progressão do regime penal	579
6.6.1.	Considerações gerais	579
6.6.2.	Âmbito de proteção	583
6.6.2.1.	Considerações preliminares	583
6.6.2.2.	Direito à individualização da pena	587
6.6.3.	Conformação e limitação	587
7.	Da não extradição de brasileiro, da não extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião e de outras limitações ao processo extradicional	589
7.1.	Considerações gerais	589
7.2.	Âmbito de proteção	590
7.2.1.	Considerações preliminares: não extraditabilidade do brasileiro nato ou naturalizado	590
7.2.2.	Não extraditabilidade do estrangeiro por crime político ou de opinião	593
7.2.3.	Da não extradição em razão de extinção da punibilidade	600
7.3.	Titularidade	601
7.4.	Conformação e limitação	601
7.4.1.	Considerações preliminares	601
7.4.2.	Não extraditabilidade e ausência de observância dos parâmetros do devido processo legal	602
7.4.3.	A prisão preventiva para extradição	606
7.4.4.	Extradição e pena de morte ou prisão perpétua	609
8.	Presunção de não culpabilidade	609
8.1.	Considerações gerais	609

8.2.	Âmbito de proteção	612
8.2.1.	Considerações gerais	612
8.2.2.	Presunção de não culpabilidade e compatibilidade com o recolhimento à prisão para apelar e com a inadmissibilidade de liberdade provisória	613
8.2.3.	Presunção de não culpabilidade e pendência de recursos sem efeito suspensivo	618
8.2.4.	Presunção de não culpabilidade e maus antecedentes	621
8.2.5.	Presunção de não culpabilidade, liberdade de locomoção, direito ao silêncio e condução coercitiva	622
8.2.6.	Presunção de não culpabilidade, valoração racional, pronúncia e inadmissibilidade do <i>in dubio pro societate</i>	624
8.3.	Conformação e limitação	627
9.	A garantia do devido processo legal	628
9.1.	Considerações preliminares	628
9.2.	Da inadmissibilidade da prova ilícita no processo	630
9.2.1.	Considerações preliminares	630
9.2.2.	Âmbito de proteção	630
9.2.2.1.	Considerações preliminares	630
9.2.2.2.	Técnicas especiais de investigação	633
9.2.2.2.1.	Interceptações telefônicas e telemáticas	636
9.2.2.2.1.1.	Interceptações e encontro fortuito de provas	639
9.2.2.2.1.2.	Interceptações e juiz competente	641
9.2.2.2.1.3.	Interceptações e cadeia de custódia	643
9.2.2.2.2.	Privacidade e sigilo de dados	643
9.2.2.2.2.1.	Quebra de sigilo de dados	648
9.2.2.2.3.	Captações ambientais e monitoramento de espaços privados	655
9.2.2.2.4.	Novas tecnologias e a Constituição	659
9.2.2.2.5.	Colaboração premiada	661
9.2.2.2.6.	Ação controlada	669
9.2.2.2.7.	Infiltração de agentes policiais	670
9.2.2.3.	Da inviolabilidade de domicílio e da busca e apreensão	671
9.2.2.4.	Da nulidade da busca e apreensão em casos de <i>fishing expedition</i>	676
9.3.	Das garantias constitucionais quanto à prisão	677
9.3.1.	Considerações gerais	677
9.3.2.	Prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão temporária, medidas cautelares diversas da prisão e liberdade provisória	678
9.3.2.1.	Prisão em flagrante	678
9.3.2.2.	Prisão preventiva	684
9.3.2.2.1.	Requisitos e prazos para prisão preventiva	690
9.3.2.3.	Prisão temporária	691
9.3.2.4.	Medidas cautelares diversas da prisão	692

9.3.2.5. Liberdade provisória	694
9.3.3. Do dever de comunicação da prisão e do local, onde se encontre o preso, ao juiz competente e à família ou pessoa por ele indicada, informação dos direitos do preso, inclusive o direito ao silêncio, direito à assistência da família e de advogado, direito à identificação dos responsáveis pela prisão ou pelo interrogatório policial	698
9.3.3.1. Considerações gerais	698
9.3.3.2. Da comunicação imediata ao juiz competente e aos familiares do preso do local onde se encontra	698
9.3.3.2.1. Âmbito de proteção	698
9.3.3.2.2. Direito de assistência da família e do advogado	701
9.3.3.3. Do direito de permanecer em silêncio	702
9.3.3.3.1. Considerações gerais	702
9.3.3.3.2. Âmbito de proteção	703
9.3.3.3.3. Direito ao silêncio nas Comissões Parlamentares de Inquérito e nos processos disciplinares	706
9.3.3.3.3.1. Direito ao silêncio no âmbito do Código de Trânsito Brasileiro	707
9.3.3.3.3.2. Conformação e limitação	708
9.3.4. Direito de identificação dos responsáveis pela prisão ou pelo interrogatório policial	708
9.3.5. Regime da prisão sob estado de defesa e estado de sítio	708
9.4. Proibição da prisão civil por dívida	709
9.4.1. Considerações preliminares	709
9.4.2. Âmbito de proteção	710
9.4.3. Conformação e limitação	710
9.4.3.1. Prisão civil do alimentante	710
9.4.3.2. Prisão civil do depositário infiel	713
9.4.4. Prisão civil do depositário infiel em face dos tratados internacionais de direitos humanos	720
9.5 A proibição de dupla persecução penal e o <i>ne bis in idem</i>	736

CAPÍTULO 5 DIREITOS SOCIAIS 739

Gilmar Ferreira Mendes

1. Considerações preliminares	739
2. Funções dos direitos fundamentais e consequências no âmbito dos direitos sociais	742
2.1. Significados para os direitos fundamentais	742
2.2. Direitos fundamentais enquanto direitos de defesa	743
2.3. Direitos fundamentais enquanto normas de proteção de institutos jurídicos	744
2.4. Direitos fundamentais enquanto garantias positivas do exercício das liberdades	745
2.4.1. Direitos às prestações positivas	746
2.4.2. Direito à organização e ao procedimento	747
2.5. Direitos fundamentais, dever de proteção e proibição de proteção insuficiente	748

2.6. Reserva do possível e mínimo existencial	750
2.7. Proibição de retrocesso e limites do sacrifício	753
2.7.1. Pandemia mundial pela Covid-19	756
3. Direitos sociais na Constituição de 1988 e jurisprudência do STF	758
3.1. Direitos do trabalhador	758
3.2. O direito à educação	765
3.3. Direito à alimentação	774
3.4. Direito à moradia	775
3.5. Saúde, previdência e assistência social	777
3.5.1. O direito à saúde	778
3.5.1.1. O direito à saúde – âmbito de proteção	778
3.5.1.2. O Sistema Único de Saúde – considerações gerais	781
3.5.1.3. A judicialização do direito à saúde	786
3.5.1.4. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	789
3.5.2. Previdência social	797
3.5.2.1. Contribuição previdenciária dos inativos	799
3.5.2.2. Benefício da pensão por morte e indicação de fonte de custeio	802
3.5.2.3. Desaposentação	805
3.5.3. Assistência social	806
3.5.3.1. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	807
3.5.3.2. A constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS: a ADI 1.232	808
3.5.3.3. A revisão da decisão da ADI 1.232 na Rcl 4.374	810
3.5.3.4. Processo de inconstitucionalização e adoção de novos critérios	812
3.6. Da proteção da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso	814
4. Notas conclusivas	818
CAPÍTULO 6 DIREITO DE NACIONALIDADE E REGIME JURÍDICO DO ESTRANGEIRO	821
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Considerações gerais	821
2. Nacionalidade brasileira	822
2.1. Considerações preliminares	822
2.2. Brasileiros natos	822
2.3. Brasileiros naturalizados	825
2.4. Distinção entre brasileiro nato e naturalizado	825
2.5. Perda da nacionalidade brasileira	826
3. O Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses	827
4. Regime jurídico do estrangeiro	828
4.1. Considerações preliminares	828
4.2. Exclusão do estrangeiro do território nacional	829
4.3. Asilo político: territorial e diplomático	832
4.4. A situação de refugiado	833
4.5. Exceção doutrinária e jurisdicional: o caso Cesare Battisti	835

CAPÍTULO 7 OS DIREITOS POLÍTICOS NA CONSTITUIÇÃO	839
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Introdução	839
2. Âmbito de proteção	839
2.1. Direito ao sufrágio	839
2.2. Voto direto, livre, secreto, periódico e igual	842
2.3. Igualdade de voto e sistemas eleitorais	847
2.3.1. Considerações gerais	847
2.3.2. O sistema proporcional brasileiro	849
2.4. Plebiscito, referendo e iniciativa popular	862
2.5. Condições de elegibilidade	864
2.6. Inelegibilidades	867
2.7. Reeleição	871
3. Restrição ou limitação de direitos políticos: perda e suspensão de direitos políticos ..	876
3.1. Perda de direitos políticos	876
3.2. A suspensão dos direitos políticos	877
4. Dos partidos políticos	882
4.1. Considerações preliminares	882
4.2. Autonomia, liberdade partidária, democracia interna e fidelidade partidária ..	885
4.2.1. Noções gerais	885
4.2.2. Fidelidade partidária e extinção do mandato	888
4.3. Igualdade de “chances” entre os partidos políticos	894
4.4. Financiamento dos partidos	906
4.5. Acesso ao rádio e à televisão	911
4.6. O problema das coligações partidárias no sistema proporcional e a Federação de Partidos instituída pela Lei n. 14.208/2021	916
5. O princípio da anualidade da lei eleitoral e o devido processo legal eleitoral	930
6. Mudanças na jurisprudência eleitoral e segurança jurídica	941
7. A pandemia do coronavírus e as eleições municipais de 2020	945
 CAPÍTULO 8 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	 947
I ESTADO FEDERAL	947
<i>Paulo Gustavo Gonet Branco</i>	
1. Notícia de História	947
2. Características básicas do Estado Federal	948
2.1. Soberania e autonomia	948
2.2. Existência de uma Constituição Federal	948
2.3. Repartição de competências previstas constitucionalmente	949
2.4. Participação dos Estados-membros na vontade federal	951
2.5. Inexistência de direito de secessão	951
2.6. Conflitos: o papel da Suprema Corte e a intervenção federal	952
3. Conceito abrangente de Estado Federal	952

4. Por que os Estados assumem a forma federal?	952
5. O Estado Federal brasileiro	953
5.1. A União	953
5.1.1. Intervenção federal	953
5.1.1.1. Entes passíveis de intervenção federal	956
5.1.1.2. Procedimento	957
6. Os Estados-membros	959
6.1. Poder constituinte dos Estados-membros	962
6.2. Auto-organização do Estado-membro e processo legislativo	963
6.3. Separação de Poderes e princípio da simetria	964
6.4. Limitação relativa a competência legislativa reservada da União	969
6.5. Região metropolitana	970
7. Os municípios	971
8. O Distrito Federal	972
9. Territórios	974
10. A repartição de competências na Constituição de 1988	974
10.1. Competência geral da União	974
10.2. Competência de legislação privativa da União	974
10.3. Competência relativa aos poderes reservados dos Estados	976
10.4. Competência comum material da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios (competências concorrentes administrativas)	977
10.5. Competência legislativa concorrente	978
10.6. Competências dos Municípios	980
11. Inexistência de hierarquia entre lei federal e estadual	982
12. Competência privativa ou exclusiva?	982
13. Conflitos jurídicos no Estado Federal brasileiro	982
14. Igualdade federativa	984
15. A jurisprudência da crise da pandemia da covid-19 e seus reflexos na compreensão de competências materiais e legislativas dos entes federados	984
II ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	986
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Introdução	986
2. Princípios da administração pública	989
2.1. Princípio da legalidade	989
2.2. Princípio da reserva legal	996
2.3. Princípio da segurança jurídica	998
2.4. Princípio da impessoalidade	1001
2.5. Princípio da moralidade	1002
2.6. Princípio da publicidade	1004
2.7. Princípio da eficiência	1007
3. Responsabilidade civil do Estado	1009
4. O Supremo Tribunal Federal e o terceiro setor	1020

4.1. Administração pública, organizações sociais e OSCIPS	1020
4.1.1. As Organizações Sociais no contexto da Reforma do Estado no Brasil	1021
4.1.2. As Organizações Sociais no contexto do Programa Nacional de Publicização – PNP da Reforma do Aparelho do Estado: a transferência ao setor público não estatal da prestação de serviços não exclusivos do Estado	1022
4.1.3. A Lei das Organizações Sociais (Lei n. 9.637/98)	1024
4.1.4. A implementação do modelo de Organizações Sociais pelos Estados-membros	1026
4.1.5. A experiência da Associação das Pioneiras Sociais – APS – A Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor	1027
4.1.6. A Lei n. 13.019/2014 – Marco Regulatório do Terceiro Setor	1031
5. Agentes públicos	1033
5.1. O regime jurídico único dos servidores públicos	1033
5.2. Teto remuneratório dos agentes públicos	1034
5.3. Estabilidade do servidor público e gestão de pessoal	1036
CAPÍTULO 9 ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	1039
I PODER LEGISLATIVO	1039
<i>Paulo Gustavo Conet Branco</i>	
1. Introdução	1039
2. Estrutura e funcionamento	1039
3. Função de fiscalização	1042
3.1. As Comissões Parlamentares de Inquérito	1043
3.1.1. A previsão da CPI na Constituição	1044
3.1.2. Controle judicial dos atos da CPI	1045
3.1.3. Objeto da CPI	1045
3.1.4. Limitação cronológica	1049
3.1.5. CPI como direito das minorias parlamentares	1049
3.1.6. Poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito	1050
3.1.7. Testemunhas e indiciados	1051
3.1.8. Testemunhas, CPI, separação de Poderes e Federalismo	1055
3.1.9. Poderes cautelares	1056
3.1.10. Diligências e requisição de documentos	1057
3.1.11. Atuação do advogado do depoente	1060
3.1.12. Considerações finais sobre as CPIs	1060
4. Função legislativa	1061
4.1. Processo legislativo	1062
4.1.1. A iniciativa	1062
4.1.1.1. Iniciativa comum	1062
4.1.1.2. Iniciativa reservada	1062
4.1.1.3. Iniciativa privativa de órgãos do Judiciário	1062

4.1.1.4. Iniciativa privativa do Ministério Público	1062
4.1.1.5. Iniciativa privativa da Câmara dos Deputados, do Senado e do Tribunal de Contas da União	1063
4.1.1.6. Iniciativa privativa do Presidente da República	1063
4.2. Discussão	1065
4.3. Votação	1066
4.4. Sanção ou veto	1066
4.5. Promulgação e publicação	1068
5. Notas sobre as espécies legislativas	1068
5.1. Leis delegadas	1068
5.1.1. Controle da delegação legislativa	1069
5.2. Lei ordinária e lei complementar	1070
5.3. Medidas provisórias	1071
5.3.1. Notícia de história	1071
5.3.2. As medidas provisórias na Constituição Federal de 1988. Natureza jurídica	1072
5.3.3. Efeitos	1072
5.3.4. Conceito de medida provisória	1072
5.3.5. Pressupostos da medida provisória	1072
5.3.6. Apreciação dos pressupostos da urgência e da relevância	1073
5.3.7. Medida provisória. O conteúdo possível. Histórico legislativo	1074
5.3.8. As limitações de conteúdo à medida provisória	1075
5.3.8.1. Direito político	1075
5.3.8.2. Medida provisória e organização do Ministério Público e do Judiciário	1075
5.3.8.3. Medida provisória e leis orçamentárias	1075
5.3.8.4. Medida provisória e matéria de lei complementar	1076
5.3.8.5. Direito processual e direito penal	1077
5.3.8.6. Medida provisória e confisco de poupança	1077
5.3.8.7. Medida provisória e projeto de lei já aprovado pelo Congresso Nacional	1077
5.3.8.8. Medida provisória e instituição ou majoração de impostos	1078
5.3.8.9. Medida provisória e matéria da iniciativa legislativa exclusiva de outro Poder ou da competência exclusiva ou privativa do Congresso ou das suas Casas	1079
5.3.8.10. Reedição de medida provisória e medida provisória sobre matéria objeto de projeto de lei rejeitado	1079
6. Medida provisória – conversão em lei ou rejeição. A medida provisória no Congresso Nacional	1080
6.1. O prazo para apreciação da medida provisória	1082
6.2. Aprovação total da medida provisória	1083
6.3. Aprovação da medida provisória com emendas	1084
6.4. Não conversão da medida provisória em lei	1085

7. Outras questões em torno das medidas provisórias	1086
7.1. Medida provisória que declara a inconstitucionalidade de outra	1086
7.2. Medidas provisórias editadas e em vigor antes da EC n. 32/2001	1087
7.3. Eficácia da medida provisória reeditada no regime anterior à EC n. 32/2001..	1088
7.4. Possibilidade de os Estados e o Distrito Federal editarem medidas provisórias ..	1088
8. Estatuto do congressista	1088
8.1. Prerrogativa de foro	1091
8.2. Perda do mandato	1092
8.3. Deputados estaduais e distritais	1093
8.4. Vereadores	1093

II PODER EXECUTIVO..... 1094

Gilmar Ferreira Mendes

1. Eleição e mandato do Presidente da República	1095
2. Reeleição do Presidente da República	1096
3. Vice-Presidente da República, substituição e vacância	1097
4. Ordem de sucessão e vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República .	1099
5. Ministros de Estado	1100
5.1. Considerações gerais	1100
5.2. Requisitos especiais para o exercício de determinados cargos e sua compatibili- dade com o cargo de Ministro de Estado	1101
5.3. Exercício de cargo de Ministro de Estado por parlamentar e quebra de decoro	1103
6. Atribuições do Presidente da República	1103
6.1. Direção da Administração Federal	1103
6.1.1. Expedição de regulamento	1104
6.1.2. Regulamento “autorizado”	1106
6.1.3. Decretos autônomos	1108
6.2. Relação com o Congresso Nacional e atuação no processo legislativo	1109
6.2.1. Considerações preliminares	1109
6.2.2. Edição de medidas provisórias	1110
6.2.3. Sanção, veto, promulgação e publicação	1112
6.2.4. Convocação extraordinária do Congresso Nacional	1113
6.2.5. Atribuições no plano das relações internacionais	1113
6.3. Atribuições concernentes à segurança interna, preservação da ordem institu- cional e da harmonia das relações federativas	1114
6.4. Nomeação de juízes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores	1115
7. Responsabilidade do Presidente da República, imunidades e prerrogativas	1115
7.1. Considerações preliminares	1115
7.2. Crimes de responsabilidade: conceito e extensão	1116
7.3. Procedimento	1117
7.4. Renúncia ao mandato no processo de crime de responsabilidade	1120
7.5. Processo contra o Presidente da República por crime comum	1121
8. Do Conselho da República	1123

9. Do Conselho de Defesa	1123
III PODER JUDICIÁRIO.....	1125
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Introdução	1125
2. Organização do poder judiciário	1127
2.1. Estrutura	1127
2.2. Quinto constitucional	1129
2.3. Órgão especial	1132
2.4. Funcionamento dos órgãos judiciários.....	1133
2.4.1. Autonomia administrativa e financeira	1133
2.4.1.1. Autonomia administrativa	1133
2.4.1.2. Autonomia financeira	1134
2.4.2. Custas e emolumentos	1135
2.4.3. Precatórios	1135
2.4.4. Celeridade na prestação jurisdicional	1140
2.4.5. Fundamentação das decisões	1140
2.4.6. Publicidade dos atos judiciais	1144
3. Órgãos do Poder Judiciário: composição e competência	1145
3.1. Supremo Tribunal Federal	1145
3.1.1. Considerações gerais	1145
3.1.2. Competência do Supremo Tribunal Federal	1155
3.1.2.1. Considerações gerais.....	1155
3.1.2.2. Competências implícitas.....	1160
3.1.3. O Supremo Tribunal Federal e a modernização da prestação jurisdicional	1162
3.1.3.1. Considerações preliminares acerca do recurso extraordinário	1162
3.1.3.2. O processo de objetivação do recurso extraordinário	1164
3.1.4. O Supremo Tribunal Federal e as súmulas vinculantes.....	1167
3.1.4.1. Considerações gerais.....	1167
3.1.4.2. Requisitos formais da súmula vinculante, revisão e cancelamento	1168
3.1.4.3. Obrigatoriedade e limites objetivos e subjetivos da súmula vinculante	1170
3.1.4.4. Súmula vinculante e reclamação constitucional	1171
3.1.4.5. O Plenário Virtual	1172
3.2. Superior Tribunal de Justiça	1173
3.2.1. Considerações gerais	1173
3.2.2. Competência	1175
3.2.3. Competência recursal do Superior Tribunal de Justiça	1175
3.3. Tribunal Superior Eleitoral e Justiça Eleitoral	1179
3.3.1. Considerações preliminares	1179
3.3.2. Competência	1180
3.4. Tribunal Superior do Trabalho e Justiça do Trabalho	1185
3.4.1. Considerações preliminares	1185

3.4.2.	Tribunais Regionais do Trabalho e juizes do trabalho	1186
3.4.3.	Competência da Justiça do Trabalho	1186
3.5.	Superior Tribunal Militar e Justiça Militar	1187
3.6.	Tribunais Regionais Federais e juizes federais	1192
3.6.1.	Competência dos juizes federais	1193
3.6.2.	Competência dos Tribunais Regionais Federais	1197
3.7.	Tribunais de Justiça estaduais, juizes estaduais e Justiça Militar estadual.	1198
3.8.	Juizados Especiais e Turmas Recursais	1199
3.9.	Conselho Nacional de Justiça	1201
3.9.1.	Considerações preliminares	1201
3.9.2.	Constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça	1203
3.9.3.	Composição	1203
3.9.4.	Competência	1205
3.9.5.	Conselho Nacional de Justiça e Supremo Tribunal Federal	1207
4.	Regime jurídico da magistratura	1209
4.1.	Ingresso na carreira	1210
4.2.	Promoções	1213
4.3.	Remuneração	1215
4.4.	Aposentadoria	1216
4.5.	Residência na comarca	1217
4.6.	Remoção, disponibilidade e aposentadoria por interesse público	1218
4.7.	Garantias funcionais	1218
4.8.	Vedações	1219
IV	MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E DEFENSORIA PÚBLICA – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	1221
	<i>Paulo Gustavo Gonet Branco</i>	
1.	Ministério Público	1221
1.1.	Notícias de história	1221
1.2.	Característica básica do Ministério Público	1223
1.2.1.	Princípios institucionais	1223
1.3.	Garantias e vedações	1225
1.4.	A organização do Ministério Público	1226
1.4.1.	O Ministério Público estadual	1227
1.4.2.	O Ministério Público da União	1227
1.5.	Competências do Ministério Público	1228
2.	Outras funções essenciais à Justiça	1230
2.1.	Advocacia	1230
2.2.	Advocacia Pública	1231
2.3.	Defensoria Pública	1233
CAPÍTULO 10	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	1237
	<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	

I	CONSTITUCIONALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE, DEFESA DA CONSTITUIÇÃO, TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE E TÓPICOS ESPECIAIS EM CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	1237
1.	Considerações preliminares	1237
2.	Constitucionalidade e inconstitucionalidade	1239
3.	Defesa e proteção da Constituição	1242
3.1.	Considerações preliminares	1242
3.2.	Notas sobre os modelos jurisdicionais de controle de constitucionalidade	1244
3.2.1.	Digressões acerca da abertura ao direito internacional	1247
3.2.1.1.	Controle de convencionalidade	1251
3.3.	Os diferentes tipos de inconstitucionalidade	1257
3.3.1.	Considerações preliminares	1257
3.3.2.	Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material	1258
3.3.2.1.	Inconstitucionalidade formal	1258
3.3.2.2.	Inconstitucionalidade material	1259
3.3.3.	Inconstitucionalidade originária e superveniente	1261
3.3.3.1.	Considerações preliminares	1261
3.3.3.2.	Vício formal: inconstitucionalidade originária	1266
3.3.3.3.	Configuração da inconstitucionalidade e mudança nas relações fáticas ou jurídicas	1268
3.3.4.	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão ..	1271
3.3.5.	Inconstitucionalidade de normas constitucionais	1273
3.3.5.1.	O controle de constitucionalidade da reforma constitucional e as “cláusulas pétreas”	1273
3.3.5.2.	Limites imanentes ao poder constituinte	1275
4.	Tópicos especiais em controle de constitucionalidade	1277
4.1.	Apreciação e revisão de fatos e prognoses legislativos	1277
4.1.1.	Considerações gerais	1277
4.1.2.	Análise dos fatos legislativos em matéria penal	1285
4.1.3.	Análise de fatos e prognoses legislativos pelo Supremo Tribunal Federal	1292
4.2.	O Poder Executivo e o Poder Legislativo no controle de constitucionalidade das leis	1296
4.2.1.	Considerações preliminares	1296
4.2.2.	O poder de veto sob o argumento da inconstitucionalidade do projeto de lei	1296
4.2.3.	A sustação de atos de delegação e dos atos regulamentares pelo Poder Legislativo	1297
4.2.4.	A “correção” de decisões judiciais pelo Poder Legislativo	1300
4.2.5.	Controle de constitucionalidade direto e a inexecução da lei pelo Executivo	1302
4.2.6.	Sobre a possibilidade de anulação da lei inconstitucional pelo Poder Legislativo	1304
4.3.	O controle de constitucionalidade exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	1305

4.4. Controle de constitucionalidade e direitos digitais	1309
II EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO	1312
1. Introdução	1312
2. Considerações preliminares: a Constituição Imperial	1312
3. O controle de constitucionalidade na Constituição de 1891	1313
4. A Constituição de 1934 e o controle de constitucionalidade	1317
5. O controle de constitucionalidade na Constituição de 1937	1318
6. A Constituição de 1946 e o sistema de controle de constitucionalidade	1320
6.1. A representação interventiva	1320
6.2. A Emenda n. 16, de 1965, e o controle de constitucionalidade abstrato	1322
7. O controle de constitucionalidade na Constituição de 1967/69	1324
7.1. Considerações sobre o papel do Procurador-Geral da República no controle abstrato de normas sob a Constituição de 1967/69: proposta de reeleitura	1325
7.2. O caráter dúplice ou ambivalente da representação de inconstitucionalidade	1326
8. O controle de constitucionalidade na Constituição de 1988	1330
8.1. Considerações preliminares	1330
8.2. Criação e desenvolvimento da ação declaratória de constitucionalidade	1334
8.3. Desenvolvimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental	1335
8.3.1. Considerações preliminares	1335
8.3.2. Incidente de inconstitucionalidade e arguição de descumprimento	1337
8.4. O desenvolvimento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e do mandado de injunção	1339
8.5. Representação interventiva: ressurgimento e ressignificação	1340
III CONTROLE INCIDENTAL OU CONCRETO	1342
1. Introdução	1342
2. Pressupostos de admissibilidade do controle incidental	1346
2.1. Requisitos subjetivos	1346
2.2. Requisitos objetivos	1347
2.3. Participação de <i>amicus curiae</i> , do Ministério Público e de outros interessados no incidente de inconstitucionalidade perante os tribunais	1353
2.4. Controle de constitucionalidade de lei tendo como parâmetro a Constituição em face da qual foi editada	1355
2.5. Controle de legitimidade do direito pré-constitucional: recepção ou revogação	1355
3. O controle incidental de normas no Supremo Tribunal Federal	1356
3.1. Considerações preliminares	1356
3.2. Os meios de acesso à Jurisdição Constitucional difusa do Supremo Tribunal Federal	1357
3.3. Aspectos relevantes do recurso extraordinário e da repercussão geral	1359
3.3.1. O recurso extraordinário e a causa de pedir aberta	1362
3.4. O papel do Senado Federal em caso de declaração de inconstitucionalidade incidental	1364

3.4.1.	A suspensão pelo Senado Federal da execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Constituição de 1988 . . .	1367
3.4.2.	A repercussão da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal sobre as decisões de outros tribunais	1369
3.4.3.	A suspensão de execução da lei pelo Senado e mutação constitucional	1370
4.	Peculiaridades do controle incidental na Constituição de 1988	1379
4.1.	Considerações preliminares	1379
4.2.	A ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade . . .	1380
4.3.	O controle incidental e a aplicação do art. 27 da Lei n. 9.868/99	1383
4.4.	O controle de constitucionalidade incidental realizado por órgãos não jurisdicionais	1388
IV	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	1393
1.	Considerações preliminares	1393
2.	Pressupostos de admissibilidade da ação direta de inconstitucionalidade	1394
2.1.	Legitimação para agir e capacidade postulatória	1394
2.1.1.	Legitimação de confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional	1395
2.1.2.	Pertinência temática	1399
2.1.3.	Governador de Estado/Assembleia Legislativa e relação de pertinência	1400
2.1.4.	Direito de propositura dos partidos políticos	1401
2.2.	Objeto da ação direta de inconstitucionalidade	1402
2.2.1.	Leis e atos normativos federais	1403
2.2.2.	Leis e atos normativos estaduais	1407
2.2.3.	Leis e atos normativos distritais	1407
2.2.4.	Atos legislativos de efeito concreto	1408
2.2.5.	Direito pré-constitucional	1411
2.2.6.	Projeto de lei e lei aprovada mas ainda não promulgada	1411
2.2.7.	Ato normativo revogado	1412
2.2.8.	A problemática dos tratados	1413
2.2.9.	Lei estadual e concorrência de parâmetros de controle	1414
2.3.	Parâmetro de controle	1416
2.4.	Procedimento	1417
2.4.1.	Requisitos da petição inicial e admissibilidade da ação	1417
2.4.2.	Intervenção de terceiros e <i>amicus curiae</i>	1419
2.4.3.	Informações das autoridades das quais emanou o ato normativo e manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	1420
2.4.4.	Apuração de questões fáticas no controle de constitucionalidade	1421
2.4.5.	Medida cautelar	1422
3.	Decisão	1424
V	AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE	1427

1. Criação da ação declaratória de constitucionalidade	1427
2. Legitimidade para propositura da ação declaratória	1428
2.1. Considerações preliminares	1428
2.2. Demonstração da existência de controvérsia judicial na ação declaratória de constitucionalidade	1429
3. Objeto	1431
4. Parâmetro de controle	1431
5. Procedimento	1431
5.1. Considerações preliminares	1431
5.2. Requisitos da petição inicial e admissibilidade da ação	1432
5.3. Intervenção de terceiros e <i>amicus curiae</i>	1433
5.4. Apuração de questões fáticas no controle de constitucionalidade	1435
6. Medida cautelar	1435
7. Decisão	1436
VI A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO	1437
1. Introdução	1437
2. Pressupostos de admissibilidade da ação direta de Inconstitucionalidade por omissão ..	1440
2.1. Considerações preliminares	1440
2.2. Legitimação para agir	1441
3. Objeto da ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1442
3.1. Considerações preliminares	1442
3.2. Omissão legislativa	1443
3.2.1. Considerações preliminares	1443
3.2.2. A omissão parcial	1446
3.2.3. Casos relevantes de omissão legislativa na jurisprudência do STF	1448
3.3. Omissão de providência de índole administrativa	1451
3.3.1. Exercício de poder regulamentar	1451
3.3.2. Omissão de medidas ou atos administrativos	1451
4. Procedimento	1452
4.1. Considerações gerais	1452
4.2. Cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1454
4.2.1. Considerações gerais	1454
4.2.2. Procedimento da cautelar na ADO	1456
5. A decisão na ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1457
5.1. Procedimento de tomada da decisão	1460
5.2. Suspensão de aplicação da norma eivada de inconstitucionalidade por omissão parcial e/ou aplicação excepcional	1460
5.3. Suspensão dos processos	1463
VII MANDADO DE INJUNÇÃO	1464
1. Considerações gerais	1464
2. Noções preliminares	1464

3. O mandado de injunção na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	1467
4. O direito de greve do servidor e a viragem da jurisprudência	1474
VIII A REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA	1484
1. Introdução	1484
2. Pressupostos de admissibilidade da representação interventiva	1486
2.1. Considerações preliminares	1486
2.2. Legitimação ativa <i>ad causam</i>	1487
2.3. Objeto da controvérsia	1488
2.3.1. Considerações preliminares	1488
2.3.2. Representação interventiva e atos concretos	1490
2.3.3. Representação interventiva e recusa à execução de lei federal	1491
2.4. Parâmetro de controle	1492
3. Procedimento	1496
3.1. Considerações preliminares	1496
3.2. Procedimento da representação interventiva	1497
3.3. Cautelar na representação interventiva	1497
4. Decisão	1499
IX ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL	1502
1. Introdução	1502
1.1. Origens da lei sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental	1502
1.2. A controvérsia sobre a constitucionalidade da Lei n. 9.882/99	1504
1.3. Incidente de inconstitucionalidade e arguição de descumprimento	1505
1.4. Características processuais: caráter principal ou incidental	1507
1.5. A arguição de descumprimento de preceito fundamental na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	1507
2. Legitimidade para arguir o descumprimento de preceito fundamental	1509
2.1. Considerações preliminares	1509
2.1.1. Capacidade postulatória	1511
2.2. Legitimação ativa	1511
2.3. Controvérsia judicial ou jurídica nas ações de caráter incidental	1512
2.4. Inexistência de outro meio eficaz: princípio da subsidiariedade	1513
3. Objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental	1519
3.1. Considerações preliminares	1519
3.2. Direito pré-constitucional	1520
3.3. Lei pré-constitucional e alteração de regra constitucional de competência legislativa	1520
3.4. O controle direto de constitucionalidade do direito municipal em face da Constituição Federal	1521
3.5. Pedido de declaração de constitucionalidade (ação declaratória) do direito estadual e municipal e arguição de descumprimento	1522
3.6. A lesão a preceito decorrente de mera interpretação judicial	1523

3.7. Contrariedade à Constituição decorrente de decisão judicial sem base legal (ou fundada em falsa base legal)	1525
3.8. Omissão legislativa no processo de controle abstrato de normas e na arguição de descumprimento de preceito fundamental	1527
3.9. O controle do ato regulamentar	1528
3.10. Norma revogada	1528
3.11. Veto do chefe do Poder Executivo	1529
3.12. Proposta de emenda à Constituição	1531
3.13. Tratado internacional antes da aprovação pelo Congresso Nacional ou antes de sua integração definitiva à ordem jurídica interna	1532
4. Parâmetro de controle.	1534
4.1. Considerações preliminares	1534
4.2. Preceito fundamental e princípio da legalidade: a lesão a preceito fundamental decorrente de ato regulamentar	1536
5. Procedimento.	1539
5.1. Requisitos da petição inicial e admissibilidade das ações	1539
5.1.1. Indicação de preceito fundamental e formulação do pedido	1539
5.1.2. Configuração de controvérsia judicial e controvérsia jurídica	1539
5.2. Informações e manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	1540
5.3. Intervenção de terceiros e <i>amicus curiae</i>	1540
5.4. Apuração de questões fáticas e densificação de informações na ação de descumprimento de preceito fundamental	1541
5.5. Celebração de acordo em ADPF.	1542
6. Medida cautelar	1542
6.1. Medida cautelar (art. 5º)	1542
6.2. Desenvolvimento histórico da cautelar no controle de normas.	1542
6.3. Do cabimento de cautelar em ação direta de inconstitucionalidade e em ação declaratória de constitucionalidade	1544
6.4. A cautelar na ADPF	1546
6.4.1. Cautelar e audiência da autoridade responsável pela edição do ato.	1547
6.4.2. Cautelar: suspensão do ato impugnado, suspensão de processos e da eficácia de decisões	1547
6.4.3. Cautelar e prazo.	1548
7. As decisões do Supremo Tribunal Federal na arguição de descumprimento	1548
7.1. Procedimento de tomada de decisões	1548
7.2. Técnicas de decisão, efeitos da declaração de inconstitucionalidade, segurança e estabilidade das decisões.	1549
X AS DECISÕES NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS E SEUS EFEITOS.	1551
1. Introdução	1551
2. A declaração de nulidade da lei.	1551
2.1. Considerações preliminares	1551

2.2. Declaração de nulidade total	1552
2.2.1. Declaração de nulidade total como expressão de unidade técnico-legislativa	1552
2.2.2. Declaração de nulidade total em virtude da dependência ou interdependência entre as partes constitucionais e inconstitucionais da lei	1553
3. Declaração de nulidade parcial	1554
4. Declaração de nulidade parcial sem redução de texto	1554
5. A interpretação conforme a Constituição	1557
5.1. Introdução	1557
5.2. Qualificação da interpretação conforme a Constituição	1557
5.3. Admissibilidade e limites da interpretação conforme a Constituição	1560
6. Decisões manipulativas de efeitos aditivos	1562
7. A declaração de constitucionalidade das leis e a “lei ainda constitucional”	1565
8. a declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade e a declaração de inconstitucionalidade de caráter restritivo ou limitativo	1567
8.1. Introdução	1567
8.2. As decisões proferidas no mandado de injunção e na ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1568
8.3. Reflexões conceituais	1570
8.3.1. Considerações preliminares	1570
8.4. Aplicação da lei inconstitucional	1573
8.5. A declaração de inconstitucionalidade de caráter limitativo ou restritivo	1574
8.5.1. Considerações preliminares	1574
8.5.2. A declaração de inconstitucionalidade restritiva, sua repercussão sobre as decisões proferidas nos casos concretos e admissão da limitação de efeitos no sistema difuso	1576
XI SEGURANÇA E ESTABILIDADE DAS DECISÕES EM CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE E A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	1579
1. Considerações preliminares	1579
2. Eficácia <i>erga omnes</i> e declaração de constitucionalidade	1579
3. Limites objetivos da eficácia <i>erga omnes</i> : a declaração de constitucionalidade da norma e a reapreciação da questão pelo STF	1581
4. Eficácia <i>erga omnes</i> na declaração de inconstitucionalidade proferida em ação declaratória de constitucionalidade ou em ação direta de inconstitucionalidade	1583
5. A eficácia <i>erga omnes</i> da declaração de nulidade e os atos singulares praticados com base no ato normativo declarado inconstitucional	1584
6. A eficácia <i>erga omnes</i> da declaração de inconstitucionalidade e a superveniência de lei de teor idêntico	1585
7. Conceito de efeito vinculante	1585
7.1. Limites objetivos do efeito vinculante	1587
7.2. Limites subjetivos	1590

7.3. Efeito vinculante da cautelar em ação declaratória de constitucionalidade	1591
7.4. Efeito vinculante da decisão concessiva de cautelar em ação direta de inconstitucionalidade	1592
7.5. Efeito vinculante de decisão indeferitória de cautelar em ação direta de inconstitucionalidade	1593
7.6. Efeito vinculante de decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade	1594
8. Eficácia <i>erga omnes</i> , efeito vinculante da decisão e reclamação	1595
8.1. Considerações preliminares	1595
8.2. Objeto da reclamação	1598
8.2.1. A reclamação para assegurar a autoridade das decisões do Supremo Tribunal – considerações gerais	1598
8.2.2. A reclamação para assegurar o cumprimento de decisão de mérito em ação direta de inconstitucionalidade e em ação declaratória de constitucionalidade	1599
8.2.3. Cabimento da reclamação para preservar a autoridade de decisão do Supremo Tribunal Federal em cautelar concedida em ação direta de inconstitucionalidade e em ação declaratória de constitucionalidade . .	1602
8.2.4. Decisão em mandado de injunção e reclamação constitucional	1603
8.3. Decisão em arguição de descumprimento de preceito fundamental e reclamação .	1604
8.4. Decisão em repercussão geral e reclamação	1607
9. Procedimento: linhas gerais	1607
XII O CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE DO DIREITO ESTADUAL E DO DIREITO MUNICIPAL	1609
1. Considerações preliminares	1609
2. Controle do direito estadual e municipal na Constituição de 1988 e a coexistência de jurisdições constitucionais estaduais e federal	1610
3. Concorrência de parâmetros de controle	1617
4. Parâmetro de controle estadual e questão constitucional federal	1619
4.1. Considerações preliminares	1619
4.2. Recurso extraordinário e norma de reprodução obrigatória	1620
5. Ação declaratória de constitucionalidade no âmbito estadual	1622
6. A arguição de descumprimento de preceito fundamental e o controle de atos municipais em face da Constituição Federal.	1623
6.1. Considerações gerais	1623
7. O controle da omissão legislativa no plano estadual.	1624
8. O controle de constitucionalidade no âmbito do Distrito Federal.	1627
8.1. Considerações preliminares	1627
8.2. A possibilidade de instituição de ação direta no âmbito do Distrito Federal . .	1629
9. Eficácia <i>erga omnes</i> das decisões proferidas em sede de controle abstrato no âmbito estadual.	1631
9.1. Considerações preliminares	1631

CAPÍTULO 11 TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS PÚBLICAS E CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	1635
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. A Constituição, as finanças e os tributos	1635
2. O tributo na Constituição de 1988	1637
3. O Poder de tributar e seus limites: direitos fundamentais dos contribuintes	1638
3.1. Legalidade.	1638
3.2. Capacidade contributiva	1640
3.3. Vedação ao confisco.	1642
4. Imunidades.	1643
5. Estatuto do Contribuinte	1647
6. Tributação e sigilo bancário	1650
7. Partilha de receitas na Assembleia Constituinte	1652
7.1. O STF e o Fundo de Participação dos Estados.	1655
7.2. Competência tributária	1656
7.3. ICMS, Guerra Fiscal e o papel do Supremo Tribunal Federal.	1659
8. Contribuições sociais e a inversão do quadro de partilha constitucional.	1662
9. Contribuições: controvérsias jurídicas	1665
10. Reforma tributária	1667
11. Finanças Públicas e Atividade Financeira na Constituição Federal de 1988.	1669
12. Orçamento Público	1670
12.1. As ECs n. 86/2015, n. 100/2019, n. 105/2019 e o “Orçamento Impositivo” ...	1672
12.2. A EC n. 95/2016 e o “Novo Regime Fiscal”	1673
12.3. Pandemia e “orçamento de guerra”	1674
13. Leis Orçamentárias e controle de constitucionalidade	1675
14. Dívida pública: aspectos constitucionais	1677
15. Publicidade e transparência fiscal	1679
16. Transparência fiscal e o papel do Conselho Nacional de Justiça	1681
17. Controle da atividade financeira e os Tribunais de Contas.	1682
17.1. Funções constitucionais dos Tribunais de Contas	1684
17.2. Organização e composição	1689
18. Controle das despesas de pessoal	1692
<i>Referências</i>	1699
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	1733